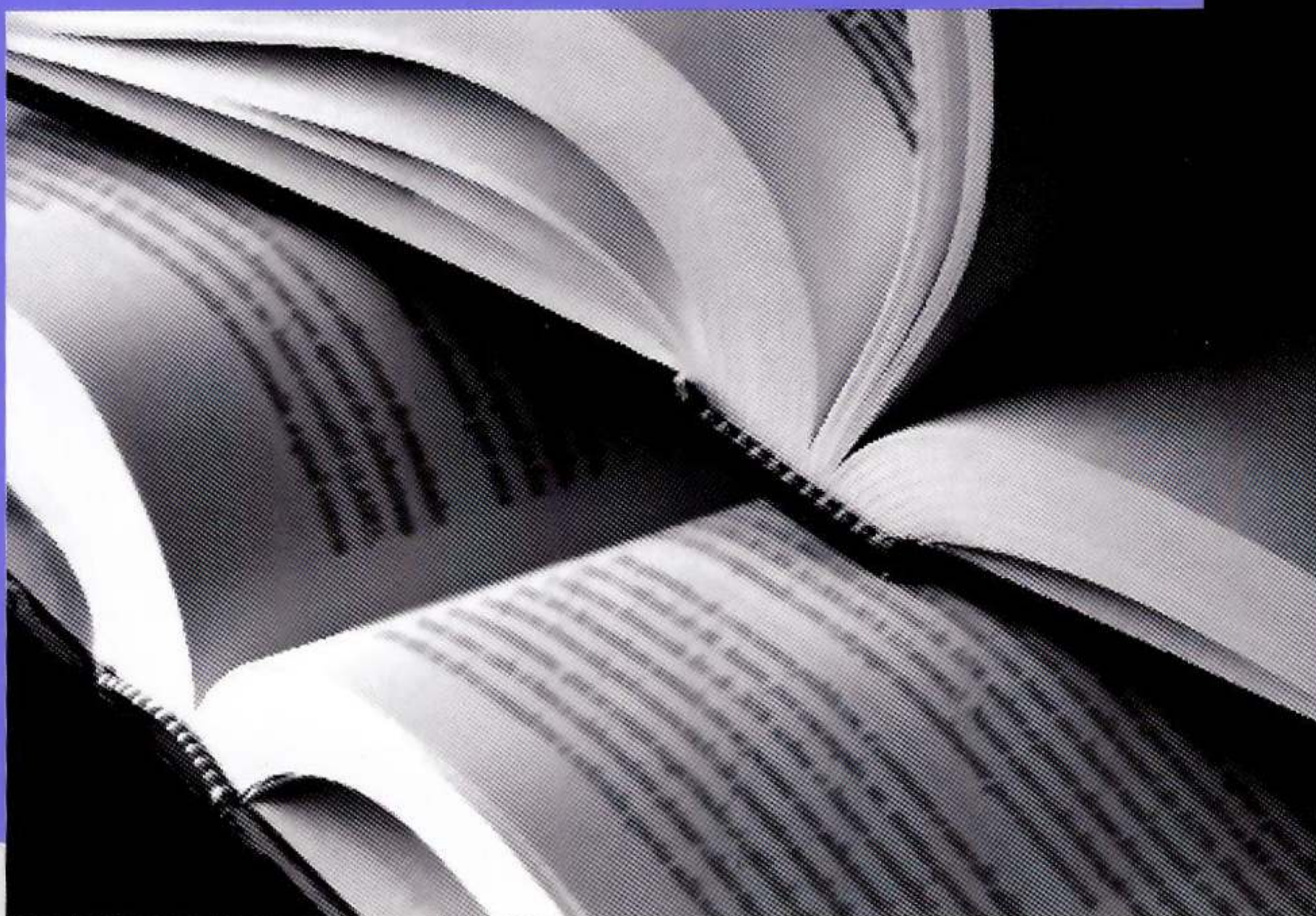


SÉRIE MONOGRAFIAS DO CEJ

Vânila Cardoso André de Moraes



A igualdade – formal e material – nas demandas repetitivas sobre direitos sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DA IGUALDADE	23
1.1 A função do direito no contexto das desigualdades sociais ...	25
1.2 Da igualdade como valor superior de justiça.....	32
1.3 Igualdade como princípio jurídico	39
1.4 Da igualdade formal e material	43
2 DIREITOS SOCIAIS	49
2.1 Direitos fundamentais sociais e o Estado.....	58
2.2 Características dos direitos fundamentais sociais	63
2.3 Das demandas relacionadas à saúde e ao direito previdenciário.....	66
2.3.1 Direito à saúde	68
2.3.2 Demandas previdenciárias	74
2.4 Fenômeno da postulação repetitiva dos direitos fundamentais sociais	76
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E O PRINCÍPIO JURÍDICO DA IGUALDADE NA SEARA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	83
3.1 Demandas repetitivas decorrentes de ações e omissões da administração pública	88
3.2 O princípio da legalidade sob a ótica constitucional de transformação da igualdade jurídica em igualdade social	93

3.3	Da processualidade administrativa.....	101
3.4	Fragilidades do devido processo legal administrativo e a consequente explosão de litígios.....	108
3.5	Requerimento/processo administrativo prévio e a construção da igualdade de acesso aos bens públicos.....	110
3.6	Processualização dos direitos fundamentais sociais na seara administrativa.....	114
3.6.1	Estruturação da administração pública.....	115
3.6.2	Extensão dos efeitos da decisão favorável.....	119
3.7	Participação popular no processo administrativo	122
3.8	Perspectivas de <i>lege ferenda</i> : Código Modelo de Processos Administrativos – Judicial e Extrajudicial – para a Ibero-América.....	128
4	DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E O PRINCÍPIO JURÍDICO DA IGUALDADE NA SEARA JURISDICIONAL.....	133
4.1	Jurisdição administrativa – o controle da administração pública.....	133
4.2	Institutos processuais brasileiros e a construção da igualdade formal.....	140
4.2.1	Sistema de uniformização.....	140
4.2.2	Processo civil coletivo	148
4.2.3	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no novo CPC	153
4.3	Construção da igualdade via processo judicial.....	156
4.3.1	Mínimo existencial: mínimo social necessário à construção da igualdade material.....	159
4.3.2	Reserva do possível.....	164
4.4	Do controle difuso: demandas individuais, direitos sociais e construção da igualdade	167
4.5	Do controle concentrado.....	173

4.5.1	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário	173
4.5.2	Controle judicial do orçamento.....	185
4.5.3	Controle judicial das omissões legislativas.....	192
4.5.4	Resumo.....	196
4.6	Perspectivas de <i>lege ferenda</i> para a construção da igualdade...	197
4.6.1	Vinculação das decisões prolatadas em incidente de resolução de demandas repetitivas (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015) à administração pública.....	197
4.6.2	Código Ibero-Americano de Processos Administrativos Judicial e Extrajudicial	200
4.6.3	Código Modelo Euro-Americano de Jurisdição Administrativa.....	204
5	PESQUISA REALIZADA JUNTO A JUÍZES FEDERAIS E ESTADUAIS A RESPEITO DA CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE FORMAL E MATERIAL.....	213
5.1	Objetivos.....	213
5.2	Metodologia.....	214
5.3	Resultados obtidos.....	215
5.4	Análise dos resultados	218
6	CONCLUSÃO	221
7	REFERÊNCIAS.....	229
8	APÊNDICE	253